

A responsabilidade do piloto

25 SET 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Deodato Rivera

As cidades, como as nações, às vezes são governadas mais pelos planos que pelos governantes. Algumas recordam até a estória do piloto com o plano de voo trocado, obstinadamente seguindo rumo ao desastre, embora estranhas formações rochosas insistissem em aparecer onde, pelo mapa de bordo, só deveria haver planícies e pradarias...

Planejada em forma de avião, há 32 anos, Brasília era apenas um sonho traçado no papel. Os traços viraram mapas e maquetes, que logo viraram cidade. E o sonho? Para quase um milhão de residentes que vivem em condições degradadas e degradantes de moradia, o sonho tornou-se pesadelo.

E isso aconteceu em boa parte porque ao longo dessas três décadas o plano prevaleceu sobre a vida, o mapa abstrato sobre os rochedos da realidade.

Uma cidade porém não é apenas arquitetura e urbanismo, nem somente uma obra de arte. Como dizia com sabedoria o Dr. Benedito Xavier, ex-prefeito de Ouro Preto, "detrás do cartão postal existe sempre um povo que trabalha e sofre"...

Acima de tudo uma cidade é um fenômeno histórico e social hiper-complexo, impossível de enquadrar-se permanentemente em esquemas rígidos, o qual está sempre desmentindo previsões, frustrando expectativas, exibindo a insuficiência congênita de quaisquer planos fundadores. De fato, como uma pintura que tivesse vida, uma

cidade sempre rompe a moldura, cresce e, como a vida, surpreende.

A única maneira de ir contra essa lei sociológica é aplicar o terror. Mas o terrorismo de Estado também tem as suas leis, como por intuição sempre souberam os tiranos. A primeira delas é que não se pode usá-lo sem preparação psicológica de parte da população: é preciso "legitimar" o terror, principalmente quando as vítimas são na verdade inofensivas e indefesas. Para isso é necessário semear o medo nos demais, a fim de que o medo justifique a convivência com a vitimização do outro. Ademais, impõe-se a deformação da verdade, a desinformação, a estigmatização, a demonização dos que se quer excluir. Morrida a isca pelos cidadãos incautos e hipnotizados pelo medo, ou anestesiados eticamente por privilégios, o resto vem naturalmente...

(A propósito, foi assim que Hitler conseguiu gaseificar 6 milhões de judeus. Na Alemanha de Goethe, de Kant, de Beethoven, muitos pacatos cidadãos no máximo exultaram e no mínimo fingiam que não sabiam o que queriam dizer aqueles vagões que só chegavam cheios de pessoas amontoadas como gado e regressavam vazios, nem aquelas chaminés que exalavam cheiro de carne queimada... Foi também assim que Stálin conseguiu liquidar vários milhões de "kulaks", transformando-os antes em "poucos latifundiários capitalistas" que ameaçariam o paraíso dos trabalhadores. Isso aconteceu ontem na História. Mas repetia um programa várias vezes milenar, que infelizmente ainda continua a ser repetido, em variadas proporções, em diversas partes do mundo.)

Não admira portanto que na administração que finda o terrorismo

de Estado houvesse sido utilizado contra as famílias do DF. Nem que o discurso das autoridades sobre as vítimas repetisse o padrão de desumanização semântica, conhecido pelos estudiosos da violência: "Invasões", "invasores", "favelas", "favelados", "industriais de invasão", "aproveitadores" etc.

É que a utopia urbanística seguem as mesmas leis das utopias sociais ou raciais: só podem ser implantadas pelo terror e precisam conseguir o apoio ou a neutralidade do resto da população.

Cumprir reconhecer que a utopia urbanística de Brasília traz implícito o "apartheid social", pois não prevê um grande crescimento da população, em circunstâncias que a densidade do DF é uma das menores do mundo! Trinta anos depois — e os "rochedos" estão aí em forma de barracos e (oh cegueira burocrática que fingia ignorá-lo!) gente de carne e osso.

Assim, trinta anos depois, Brasília precisa em verdade ser "revisitada", mas não apenas pelos que a sonharam no papel nem pelos que administraram até aqui. Todos os cidadãos que aqui residem, independente de prestígio, poder ou condição social, temos o direito de sonhá-la de novo. Todos devemos ter vez e voz quando chegar a hora de construir a nova utopia — a **utopia humanística**, isto é, a utopia realizável, baseada nos valores humanos globais e não apenas setoriais, como o estético, o econômico, o monumental, o político ou o urbanístico-abstrato.

Esse novo sonho, agora coletivo, virá certamente com a autonomia, com o governo escolhido democraticamente, com o diálogo e a conciliação de interesses.

Se o plano original não previu a população crescente, é o plano que deve ser adaptado, não a população deportada — o que equivale a dinamitar os "rochedos" para salvar o plano. Isso só pode acontecer em ditaduras terroristas ou em transições prolongadas, com uma cidadania desarticulada, inexperiente ainda na defesa dos seus direitos, desprevenida para a manipulação semântica e informacional, e facilmente intimidável.

As vítimas das derrubadas cruéis e insensatas de barracos durante o governo que termina — 80% das quais são crianças ou adolescentes — não representam perigo para os demais cidadãos. É certo que entre elas existem alguns poucos aproveitadores, como em todos os segmentos sociais (por exemplo, no plano piloto milhares de apartamentos funcionais estão ocupados ilegalmente. Esses aproveitadores não são chamados de "invasores" nem desalojados dentro da lei, quanto mais fora da lei. E muitos têm para onde ir, ao contrário dos fracos e vulneráveis escoraçados com o imperativo "entorno ou retorno").

Tanto não existe perigo que esses moradores humildes são recebidos diariamente nos lares abastados ou de classe média como servidores domésticos, e tratamos civilizadamente com eles por toda parte — nas repartições e outras instituições, nos estabelecimentos comerciais ou de diversão, nos estacionamentos, escritórios, indústrias, quartéis, igrejas, escolas, hospitais, universidades, ruas, parques, jardins... — pois são eles os que exercem os mistérios mais duros e indesejáveis, sujos, arriscados, insalubres, tediosos e, claro, subremunerados. Se moram mal ou precariamente não é porque sejam masoquistas, mas porque a renda fami-

liar não lhes permite outra alternativa. A cidade sem eles seria invisível e impensável; e no entanto a maioria de nós se omite e permite que sejam rejeitados e humilhados, aterrorizados e tratados como coisa ou como subcidadãos.

É necessário portanto promover um amplo exame de consciência sobre a questão da moradia na nossa Capital. Ela não é nem pode ser uma questão de polícia. E, enquanto não vem a revisão do plano e a eleição do piloto, cumpre evitar o desastre da aplicação do "apartheid social" e o terrorismo de estado. Isso depende de todos nós, cidadãos. Contudo, ao cidadão-Governador cabe um papel primordial, uma responsabilidade maior que a de todos, pois é preciso liderança e lucidez para que o avião de Brasília retorne com dignidade, isto sim, aos ideais elevados do piloto-fundador — ele sabia ser um plano, qualquer plano, obra humana, portanto falível e revisável, sempre a serviço de pessoas concretas e não de mitos ou interesses setoriais.

Brasília deseja e merece que o Governador Joaquim Roriz tenha êxito e seja querido, não odiado, pela população. Ele o será certamente se seguir os preceitos da boa pilotagem dos negócios humanos, tão bem sintetizados por quem entendia tanto de máquinas que voam como de humanidade — o pioneiro da aviação intercontinental e escritor universal, Antoine de Saint-Exupéry: 1º confiar mais nos próprios olhos do que no plano de voo; 2º porém nunca esquecer: o essencial não se vê com os olhos, se vê com o coração.

□ Deodato Rivera é do Comitê de Cidadãos pela Dignidade de Brasília